

**O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA DOS NATIVOS DO
ARAPUIM**

THE ARAPUIM NATIVES FIGHT TERRITORIALIZATION PROCESS

Greiciele Soares da Silva¹
Rômulo Soares Barbosa²

Resumo: O presente trabalho constitui-se como síntese dos dados obtidos em trabalhos de campo e levantamentos bibliográficos realizados para desenvolvimento da pesquisa de dissertação. Tem como objetivo discutir a territorialização da luta agrária dos Nativos do Arapuim, assim como o acionamento de sua identidade quilombola. Os Nativos do Arapuim é um grupo social, descendentes dos camponeses desterritorializados na década de 1960 na antiga Cachoeirinha, atual município de Verdelândia, localizado no Norte de Minas Gerais, e local de acontecimento do emblemático conflito denominado de Massacre de Cachoeirinha. Após o “Massacre” da antiga Cachoeirinha, ocorre a reconfiguração espacial e territorial do município, por meio da criação de acampamentos/assentamentos rurais de reforma agrária. Esse cenário de reestruturação agrária e de conflito adormecido é onde ocorre a reemergência da luta por terra dos Nativos do Arapuim que depois de vários acontecimentos no processo de luta pela terra, encontram um novo caminho em direção ao território quilombola.

Palavras-chave: Quilombola; Terra; Território.

Introdução

O presente trabalho busca discutir o processo de reconfiguração da luta dos nativos do Arapuim, no atual município de Verdelândia, localizado no Norte de Minas Gerais. É importante destacar que o município se constitui após o emblemático “Massacre” da antiga Cachoeirinha ocorrido na década de 1960, sendo este, o primeiro tempo de luta enfrentado pela comunidade.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS / Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: greicytstsoares123@yahoo.com.br.

² Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS / Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: romulosoaresbarbosa@gmail.com.

A reconfiguração espacial e territorial do município inicia-se, no que podemos compreender por um segundo tempo de luta, momento este que ocorre a criação de acampamentos/assentamentos rurais de reforma agrária. É nessa perspectiva que, utilizando o caso de Verdelândia (antiga Cachoeirinha) como exemplar, abordaremos questões mais amplas acerca da problemática da questão agrária no país. A discussão proposta envolve ainda outras questões importantes, como o processo de luta e formação do município de Verdelândia no Norte de Minas Gerais, a configuração agrária dos acampamentos/assentamentos rurais do município de Verdelândia, a reemergência da luta por terra e/ou território, o acionamento da identidade enquanto estratégia de luta.

A análise da atual estrutura fundiária do país não pode ser realizada simplesmente com base em associações a acontecimentos entre vários grupos antagônicos historicamente construídos. Os acontecimentos históricos não determinam as estruturas sociais e políticas, mas evidenciam sujeitos e lutas sociais que possibilitam analisar a gênese das estruturas. É essa relação dialética entre estrutura e ação que produz os espaços sociais. No entanto, a produção e modificação desses espaços não ocorrem sem que haja lutas e disputas, considerando que as relações sociais são assimétricas, a realidade social se torna palco de grandes conflitos, que buscam modificar ou preservar as estruturas da realidade existente.

De acordo com Bourdieu (2004a), a realidade social é um conjunto de relações invisíveis, aquelas mesmas relações que consistem um espaço de posições exteriores umas às outras, definidas umas em relações às outras, não só pela proximidade, pela vizinhança ou pela distância, mas também pela posição relativa. Podemos entender essa realidade social a partir da noção de campo apresentada por Bourdieu (2004b, p. 22) onde de acordo com o mesmo “todo campo, [...], é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. É nessa perspectiva que podemos compreender que o espaço social não é mero resultado das condições históricas, mas criado pelas relações objetivas dos agentes e possibilitados pelas estruturas sociais existentes.

A questão fundiária do Brasil é de alguma forma, produzida pelas relações sociais estabelecidas, desde o período colonial até os dias atuais. É dentro deste quadro de constante luta que emerge categorias passíveis de análise. As produções do cenário

social é resultado da interdependência entre agentes e estruturas. As estruturas possibilitam a ação dos agentes, e estes agem de forma a preservar ou a modificar as estruturas. É este processo de produção que possibilita a formação de categorias, pois ao longo do tempo, o agente, a partir da tomada de consciência de sua diferenciação com relação aos demais agentes, começa a se identificar enquanto pertencente a determinado grupo. Essa diferenciação não apenas oferece suporte para se criar uma categoria própria para aquele indivíduo, mas também cria demais categorias, possivelmente divergentes.

As categorias sociais não surgem sem nenhum contexto, o processo de produção social ocorre no cotidiano dos indivíduos, e principalmente nos momentos de conflito. As lutas são produzidas historicamente e a produção das lutas também é a produção dos sujeitos de luta. As categorias sociais não surgem sem nenhum contexto, o processo de produção social ocorre no cotidiano dos indivíduos, e principalmente nos momentos de conflito. As lutas são produzidas historicamente e a produção das lutas também é a produção dos sujeitos de luta.

De acordo com Acselrad (2004) conflitos ambientais podem ser entendidos como,

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos de vida diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26)

É a partir da criação destas identidades que se cria uma categoria onde os integrantes, de alguma forma, possuem interesses semelhantes e buscam por meio de sua união agregar força, tentando então modificar e redefinir os espaços sociais. Analisando pela perspectiva proposta por Bourdieu (2004b), é neste quadro que os agentes procuram transformar as posições ocupadas dentro do campo social. Ainda de acordo com o autor, para se compreender estas relações e os interesses antagônicos, é importante que se observe o local onde se encontra os agentes, ou seja, os vários e variados pontos de vista.

Segundo Little (2002, p. 10) “a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas perspectivas cosmografias”. O autor define cosmografia como “os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”. (LITTLE, 2002, p. 04)

Um dos fatores que está diretamente ligado a luta por terra e por reforma agrária é o processo de territorialização que segundo Little (2002, p. 04) emerge em contexto de conflito, neste contexto a “conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo”. Little (2002, p. 10) apresenta que o território tem como elemento fundamental os vínculos sociais, simbólicos e rituais, sendo importante destacar a diferença existente entre a noção de “espaço” que é abstrato e genérico e a noção de “lugar” concreto e habitado, para o autor, “a noção de lugar também se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente”.

Esse processo de territorialização relaciona-se com o sentimento de pertencimento a um local específico, que para Little (2002) agrupa tanto os povos que se reconhecem enquanto primeiros ocupantes de determinada área geográfica, quanto os povos que surgiram historicamente em uma área por meio de processos de etnogênese, ou seja, processo de emergência de novas identidades étnicas, bem como o surgimento de etnias já reconhecidas. De acordo com Anaya (2014, p. 29) “o território é mais do que ‘um pedaço de terra’ ou ‘um pedaço de chão’, ele expressa a identidade dos diversos povos e comunidades tradicionais que dele se apropriam”, para a autora o território se associa às memórias, às tradições, à cultura e também as regras sociais e conhecimentos que são construídos coletivamente pelos povos, sendo “o meio necessário à reprodução social, cultura, religiosa e econômica destes grupos”.

A noção de território está fortemente relacionada à identidade, ao processo de construção histórica, social e cultural de um grupo, às memórias coletivas e ao sentimento de pertencimento ao lugar, sendo esta produzida ou acionada nos momentos de conflitos, onde os pertencentes a um determinado grupo sentem a necessidade de se unificar e defender o lugar considerado como seu território. Para

Anaya (2014, p. 29) as diferentes identidades é que sustentam a autoidentificação e o reconhecimento social dos diferentes grupos, sendo esses processos construídos por meio do sentimento de pertencimento a um determinado lugar de origem, e pela diferenciação entre sujeitos considerados “de fora” e “de dentro”.

FORMAÇÃO DO POVOADO DE CACHOEIRINHA EM MEIO AO PROCESSO DE (DES)ENVOLVIMENTO DO NORTE DE MINAS GERAIS

O debate agrário apresentado anteriormente, constitui-se como pano de fundo histórico-estrutural para a análise realidade fundiária do município de Verdelândia – MG. O espaço físico ganha significado e valores que não são atribuídos com base apenas na questão econômica, mas com relação as questões sociais, culturais e políticas da vida desses agentes. Todas essas mudanças sociais ocorridas no país tiveram consequências, o período de industrialização, por exemplo, buscou levar a política do “desenvolvimento” que proporcionaria um processo de “modernização” das regiões. É nesse período de transformação que a região do Norte de Minas se torna alvo dos projetos “desenvolvimentistas” tendo como objetivo a entrada da “modernidade” no sertão.

A formação da comunidade está diretamente ligada ao processo de “desenvolvimento”³ do Norte de Minas Gerais, e de acordo com Santos (1985), ocorreu no período da escravatura com a fuga dos negros para o Vale do Jaíba⁴, sendo nesse contexto uma forma de resistência à escravidão. Segundo os relatos trazidos em seu texto, Santos (1985, p. 12) apresenta que ao adentrar a Mata da Jaíba, os negros se depararam com índios que já residiam o local, de modo que assim se constitui a base do povoado: negros e índios.

Um momento importante para a “quebra do isolamento” dos povos que habitavam a Mata Jaíba, é segundo Santos (1985, p. 16) a construção da estrada de ferro

³ O desenvolvimento a qual o presente trabalho se refere, é o processo de desenvolvimento econômico do Norte de Minas, ocorrido no início do século XX.

⁴ De acordo com Costa (2012 p. 194) “à vegetação que cobria o vale foi dada a denominação de *mata da jahyba*. Tal denominação, em tupi-guarani, realizada pelos membros da bandeira que ocupou a região no século XVII, conhecida atualmente como Norte de Minas, expressava as condições endêmicas da área.” Segundo o autor a sílaba compõe três denominações: água podre, água ruim e brenhas do mato.

no ano de 1926, possibilitando o acesso entre as cidades de Montes Claros-MG/Belo Horizonte-MG/Rio de Janeiro/RJ, logo após houve o prolongamento da estrada para a cidade de Monte Azul, possibilitando a formação de novos povoados ao longo da estrada, sendo exemplo Capitão Enéias e Janaúba (cidade mais próxima do local onde será formado o povoado de Cachoeirinha).

É no ano de 1946, quando ocorre a construção de ferrovia na cidade de Janaúba, que se instala a primeira geração de “posseiros”, que de acordo com Santos (1985), são trabalhadores levados ao local em função da construção da linha férrea. A Mata de Jaíba aos poucos vai sendo desbravando, havendo a instalação dos primeiros posseiros ao lado dos primeiros moradores: índios e negros. A demarcação das terras jamais ocorreu de forma legal pelos lavradores, sendo glebas não cercadas e separadas pelo sistema de “toco”, o trabalho era exercido de forma individual pelos mesmos e tinha como objetivo o consumo familiar. (SANTOS, 1985, p. 18)

Outro momento importante, que influencia o Norte de Minas Gerais e a formação do povoado de Cachoeirinha é a conclusão da linha férrea que liga Salvador-BA/Belo Horizonte-MG no ano de 1946, que segundo Santos (1985, p. 25) intensifica o fluxo migratório do nordeste em direção ao sul. No entanto, segundo a autora, como os migrantes obrigatoriamente precisavam parar na cidade de Montes Claros – MG para aguardar baldeação, acabavam por ter notícias da existência de terras livres o que fazia com que muitos dos migrantes permanecessem na região com o objetivo de ocupar terras no Vale do Rio Verde Grande da Mata Jaíba.

De acordo com Santos (1985, p. 25), assim se constitui a segunda geração de posseiros do povoado de Cachoeirinha, sendo os últimos a chegar ao final da década de 1950. Entretanto, a autora apresenta um fator de diferenciação entre a primeira geração e a segunda geração de posseiros, enquanto a primeira não se preocupavam com a necessidade de existência de documentos legalmente para legitimar a ocupação das terras, a segunda geração, possui outra mentalidade, “frutos de migrações” e conhecedores de vários locais do país, os migrantes ocupam as terras mediante documentos expedidos por funcionários do Estado, segundo a autora, a segunda geração de posseiros se caracteriza como “uma geração de ‘posseiros’ mais cosmopolita, que experimentou migrações, aspira o acesso à terra para plantar, colher

e vender, e já não ignora a necessidade de se amparar legalmente, pagando impostos, titulando suas terras, etc.” (SANTOS, 1985, p. 26)

Segundo Santos (1985, p. 32) mesmo com a interação da pecuária extensiva no mercado nacional, os lavradores conseguiram manter os seus modos de vida original e suas práticas econômicas durante muito tempo. Esse cenário começa mudar a partir dos anos de 1950, de acordo com Santos (1985, p. 33) a “passagem da situação” de autonomia dos lavradores para o conflito é iniciado com os “planos estaduais de colonização no ano de 1952” sendo coroada com a elaboração da nova política agrária adota pelo estado de Minas Gerais no ano de 1964.

O PROJETO DE “COLONIZAÇÃO” DA JAÍBA E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS POSSEIROS DE CACHOEIRINHA

O primeiro plano de colonização da Jaíba com base em ideias desenvolvimentistas foi formulado no ano de 1952. É apresentado por Santos (1985, p. 33) que por meio de convênio com o Governo Federal o Instituto Nacional de Irrigação e Colonização – INIC recebe doação de uma extensão de 310.000 hectares para o estabelecimento de uma colônia, no entanto, três anos depois da formulação, o projeto é atestado como fracassado devido falta de infraestrutura da região.

Um novo projeto de colonização é elaborado no ano de 1961, o Plano de Colonização e Reforma Agrária do Estado de Minas Gerais tinha como objetivo a incorporação da região à economia capitalista por meio da venda de terras à cerca de quatro mil agricultores. Outro objetivo do novo projeto incentivar as criações de gado, a adoção de novas técnicas produtivas e uso de fertilizantes. (SANTOS, 1985, p. 34)

De acordo com Santos (1985, p. 35) “o projeto estimula o desenvolvimento da pequena-propriedade e a modernização técnica numa região atrasada, para os padrões capitalistas então vigentes”, buscava estimular a transformação das mentalidades e também das práticas na direção competitiva e lucrativa. O novo projeto também não viabilizado devido o cenário político da época.

No mesmo ano, em 1961, que o então governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, anuncia uma reforma agrária para todo o estado. Embora se tratasse de um projeto de âmbito nacional, Santos (1985, p. 36) apresenta que a imprensa o

anunciava como um projeto exclusivamente na região da Jaíba. Todo o anúncio do projeto de colonização e as promessas de reforma agrária fazem crescer tanto a preocupação para se amparar de forma legal para garantia do direito sobre a propriedade quanto a atenção dos especuladores e novos investidores. (SANTOS, 1985, p. 39).

Inicia-se, assim, um processo de apropriação de terras devolutas. Discretamente, passam a comprar terras de antigos proprietários ou posseiros; fazendeiros locais aumentam fraudulentamente as extensões de suas propriedades; títulos falsificados são vendidos por aproveitadores a lavradores ingênuos. As terras da Jaíba se valorizam. Intensificam-se a ocupação da região pelo capital. (SANTOS, 1985, p. 39)

Juntamente com o quadro de “modernização” e “colonização” do Norte de Minas, encontra-se o cenário político e econômico conturbado vivenciado pelo Brasil, uma vez que a partir dos anos de 1961 o país enfrenta uma crise econômica e instabilidade política. Segundo Santos (1985, p. 39) “no campo, aguçam-se os conflitos pela posse de terra, pela criação de sindicatos rurais e Ligas Camponesas”, sendo em Minas Gerais, essa situação evidenciada no final do ano de 1961 com o I Congresso Nacional de Lavradores⁵ realizado na cidade de Belo Horizonte.

Na região de Cachoeirinha, após o ano de 1962, se inicia a venda de terras por João Antônio, o então marido da Senhora Maria Marques, que vende várias parcelas de terras à lavradores na região de Varzelândia, entre os compradores encontra-se o Sr.^o Konstantin Christoff que compra cerca de 968 hectares (200 alqueires mineiros) e revende-as para o Sr.^o Manoelito e o Sr.^o Sebastião, que mais tarde, tendo posse dos títulos expulsaram os lavradores de Cachoeirinha de uma área de aproximadamente 2000 alqueires, ou seja, área superior ao tamanho original. (SANTOS, 1985, p. 52)

Com o Golpe Militar sobre o governo João Goulart, a situação fundiária do país se agrava ainda mais, uma vez que, de acordo com Santos (1985, p. 47) “a correlação de forças se desloca completamente a favor dos fazendeiros e grandes proprietários

⁵ De acordo com Santos (1985, p. 39) o I Congresso Nacional de Lavradores realizado na cidade de Belo Horizonte teve a participação de entidades de trabalhadores rurais, organizações de trabalhadores nas indústrias, estudantes e populares, sendo elaborado documento ao final do Congresso onde era feita a convocação para a luta por uma reforma agrária radical que resultasse no fim do monopólio da terra representado pelos latifúndios.

rurais”, o que possibilitou a formação de milícias de jagunços e policiais em todo o norte de Minas tendo como objetivo a caça a comunistas, promovendo uma “operação limpeza” que desencadeará em grandes processos de expropriações contra pequenos agricultores.

É nesse momento que intensifica o processo de grilagem de terras na região do Norte de Minas, iniciando o emblemático conflito agrário de Cachoeirinha.

Terras devolutas “vendidas” a particulares, títulos de propriedade em que os números se multiplicam magicamente, mandados judiciais de legalidade duvidosa executados por jagunços e pistoleiros: a luta pela terra ganha novas formas e nova intensidade. (SANTOS, 1985, p. 48)

É no mês de setembro do ano de 1964 que Sebastião Alves da Silva e Manoelito Maciel de Salles, por meio do advogado Coronel Georgino Jorge de Souza, também comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar da cidade de Montes Claros, requerem ao Juiz de Direito da cidade de São João da Ponte a manutenção de posse sobre uma área de aproximadamente 6.400 hectares na região de Cachoeirinha. Em poucos dias é emitido pelo Juiz José Fernandes de Aguiar um mandado de desapropriação das terras ocupadas por lavradores, sendo que no dia 14 do mesmo mês um grupo de pistoleiros e militares fazendo uso da força, retiram 32 famílias de lavradores de suas terras na comunidade de Cachoeirinha. (SANTOS, 1985, p. 48)

Outro acontecimento importante vivenciado pelo país no mesmo ano de 1964 foi a elaboração do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504), que segundo o Art. 1º “regula os direitos e obrigações concernentes aos bens. Para Palmeira (1989, p. 96) a propriedade familiar sofre prejuízos com a priorização da modernização dos latifúndios, sendo que “nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares.

É nesse cenário nacional que no ano de 1967 ocorre o segundo despejo da comunidade de Cachoeirinha, sendo expulsos não apenas 32 famílias, mas todos os lavradores, totalizando 212 famílias, assim como o primeiro despejo, o segundo foi violentamente executando (SANTOS, 1985, p. 53). Além da expulsão, várias outras medidas são realizadas pelos fazendeiros com o objetivo de dificultar a permanência

dos lavradores na região, como por exemplo, a proibição da pesca no Rio Verde Grande e a retirada da lenha nas matas, o que ocasiona a fome de muitas famílias. (SANTOS, 1985, p. 56)

De acordo com Santos (1985, p. 61) o ano de 1971 é marcado por uma grande tragédia no povoado, a morte de 64 crianças após a enchente do Rio Verde Grande abala ainda mais os lavradores. Segundo os noticiários o motivo das mortes foi epidemia de sarampo. Entretanto, os moradores do povoado afirmam que as crianças morreram de fome, uma vez que com a expulsão de suas terras muitos ficaram sem casa e sem comida, sendo as crianças as mais vulneráveis. Para a autora, é evidente a relação existente entre as mortes das crianças e a expropriação dos lavradores.

Todo esse conflito se arrasta na justiça durante muitos anos, no entanto, sem resultar em nenhum tipo de solução. Após muito esperar, no ano de 1981, uma das alternativas encontradas pelos lavradores é de retomar por conta própria as suas terras, sendo marcada para o dia 8 de abril do mesmo ano uma ocupação das fazendas por parte dos lavradores (SANTOS, 1985, p. 71). Os fazendeiros recorrem à polícia militar da cidade de Montes Claros, sendo dez lavradores presos e os demais retirados das fazendas.

As novas alternativas utilizadas pelos lavradores e pelas entidades de apoio em pressionar as agências governamentais dão resultados, Santos (1985, p. 74) apresenta que no mês de julho de 1981 (quase 17 anos depois do primeiro despejo), o governo estadual anuncia a identificação pela RURALMINAS, de terras no Vale do Jaíba para acomodação das 212 famílias expropriadas de Cachoeirinha. A solução encontrada pelo governo é a transferência dos posseiros para outra região, proposta essa que é incentivada pelas lideranças sindicais. (SANTOS, 1985, p. 75)

Na perspectiva econômica essa alternativa seria viável, mas não se deve considerar apenas essa perspectiva, uma vez que os posseiros residiam na região não apenas como forma de sobrevivência e produção econômica, mas residiam e viviam suas vidas com base em laços já estabelecidos não apenas com os demais a sua volta, mas também com o próprio lugar. Estes são nativos no sentido de pertencerem à região desde o nascimento. Outro ponto apresentado pelos posseiros é de que as terras não eram férteis, inviabilizando a produção.

No entanto, a luta dos camponeses de Cachoeirinha não era, a princípio, uma luta por reforma agrária, mas uma luta por terra que relaciona-se com o processo de territorialização que segundo Little (2002, p. 04) emerge em contexto de conflito que possibilita o surgimento da conduta territorial. Na luta por terra o local não é apenas um espaço geográfico, é mais que isso, é um lugar, dotado de símbolos e rituais, de vínculos sociais e significado, de sentimento de pertencimento, é, portanto, um território. Como é apresentado por Anaya (2014, p. 29) é mais que “um pedaço de terra” ou “um pedaço de chão”, é uma expressão de identidade dos povos que ali residem. Dessa forma, de acordo com Santos (1985, p. 77) os lavradores se manifestam contra a proposta e solicitam novamente a desapropriação das fazendas que ocupam suas terras.

Após ser eleito, Tancredo Neves apresenta a primeira medida para resolução da situação. De acordo com Santos (1985, p. 104) no mês de abril de 1983, é criada uma Comissão Especial composta por representantes do INCRA, da Secretária do Trabalho, da FAEMG (fazendeiros e proprietários rurais), da FETAEMG, e o Bispo da Diocese de Montes Claros, a comissão tinha como objetivo assessorar a RURALMINAS na resolução do conflito. No dia 09 de agosto do ano de 1983 é apresentada em solenidade pública a Colônia de Jaíba, as mesmas terras antes oferecidas aos lavradores e que os mesmos recusaram. No entanto a proposta desencadeou a divisão de opiniões entre os lavradores, de um lado, os que aceitavam a proposta, do outro, os que a rejeitava. (SANTOS, 1985, p. 105)

Depois de muita discussão, de acordo com Santos (1985, p. 106) sessenta e quatro famílias aceita a proposta do governador e se transferem para a Colônia de Jaíba, sendo chamada por estes de “Nova Cachoeirinha”, as demais famílias recusam a oferta e continuam no local, solicitando e aguardando a desapropriação das fazendas.

Embora o ano de 1983 tenha sido conturbado, foi nesse ano, no mês de Outubro, que os fazendeiros apresentaram ao governo do estado e ao parlamento uma disponibilidade para negociação e resolução do conflito. Para Santos (1985, p. 111) essa atitude dos fazendeiros é motivada por razões práticas e econômicas, uma vez que estes estão cientes do financiamento do Banco Mundial para o projeto de irrigação nas terras da região de Jaíba.

Com o objetivo de pressionar o governador, os posseiros de Cachoeirinha organizam uma comissão de 44 pessoas e se dirigem a cidade de Belo Horizonte, dias

depois os lavradores conseguem ser recebidos pelo governador. O momento é marcado de forma solene onde Tancredo Neves, então governador do Estado de Minas Gerais, anuncia o Decreto de número 23080 de 1983, declarando de “utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio, áreas de terras e benfeitorias situadas do Distrito de Cachoeirinha, município de Varzelândia” (SANTOS, 1985, p. 113). O decreto, apresentado dezanove anos depois do início do conflito, consiste em uma vitória para os lavradores de Cachoeirinha.

Segundo Santos (1985, p. 114) o cadastramento das famílias é iniciado, no entanto, só terão direito a terra as famílias que as ocupavam no ano de 1964. Com as dificuldades jurídicas para cumprimento do decreto é oferecido aos lavradores uma fazenda obtida por meio dos acordos ocorridos entre os fazendeiros e os parlamentares, os lavradores aceitam e de acordo com Monção (2009, p. 65) “em virtude da solidariedade” entre os moradores, a fazenda recebe o nome de Fazenda União.

Outra dificuldade aparece, a fazenda possui apenas 484 hectares, sendo insuficiente para abrigar todas as 140 famílias cadastradas, além de possuir áreas com baixa fertilidade. Uma das alternativas encontradas é selecionar apenas 55 famílias para ocupar a fazenda, o que provoca insatisfação daqueles que ficam de fora da divisão. (SANTOS, 1985, p. 114)

De acordo com Monção (2009, p. 64) alguns dos posseiros permaneceram na fazenda União enquanto aguardava a compra da Fazenda Caitité que foi efetivada no mesmo ano de 1983, sendo criado logo depois o Assentamento Caitité, tornando-se a segunda grande conquista dos posseiros.

RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL: NOVO CENÁRIO FUNDIÁRIO

A criação de assentamentos rurais, para Medeiros e Leite (1998), gera modificações em diferentes dimensões, transformando a realidade social, política e econômica não só do grupo de assentado, mas de toda a região a qual este se encontra inserido. Segundo Medeiros e Leite (1998, p. 160) “assentar significa reconhecer uma situação de conflito, determinados agentes sociais, demandas, muitas das quais até então ignoradas, e, possivelmente, permitir sua transformação em direitos”.

É a partir do processo de criação dos assentamentos União e Caitité que os posseiros de Cachoeirinha deixam a condição de invisibilizados a qual foram submetidos, tornando-se visíveis, reconhecidos e possuidores de direitos. Dessa forma, a criação dos referidos assentamentos, se constituiu em grande motivação para os demais posseiros e descendentes destes, influenciando os novos processos de reapropriação de terras. No ano de 1987 ocorre uma nova ocupação, sendo as terras desapropriadas pelo INCRA e regularizadas no ano de 1989 (Resolução nº 008 em 29 de agosto de 1989) criando então o assentamento Boa Esperança. (MONÇÃO, 2009, p. 78)

A comunidade de Cachoeirinha, segundo Monção (2009, p. 70), transforma-se no município de Verdelândia no ano de 1996 sendo emancipada através da Lei Estadual nº12030, de 22/12/1995, ocorrendo junção das áreas de Cachoeirinha pertencente ao município de Varzelândia e do Barreiro do Rio Verde zona rural do município de Janaúba.

A emancipação não apenas cria um novo município, mas influencia diretamente na memória da comunidade, uma vez que a geração mais jovem, com o passar dos anos, se esqueceu do “massacre de Cachoeirinha”. No entanto, o que se verifica nos momentos de reemergência da luta pela terra é exatamente a resistência da memória e do histórico de luta, uma vez que os antigos moradores não se esquecem do conflito e ainda usam o nome Cachoeirinha para se referir ao município como um todo. Segundo Monção (2009) o município é composto em sua grande maioria por ex-posseiros e seus descendentes.

No ano de 1998, mais três assentamentos rurais são criados no município de Verdelândia, sendo eles: Arapuá, Arapuim e Verde Minas. No ano seguinte, 1999, são criados mais dois assentamentos: Betânia e Serrana; além do acampamento: Santa Clara. Em 2000, outros dois acampamentos são criados, denominados de Vitória e Verde Água, e em 2002 mais três assentamentos rurais: Bom Jardim, Lagoinha e Volta da Serra. No ano de 2004 são criados os assentamentos: Modelo e Nova Esperança e no ano 2007 ocorre ocupação na fazenda Vista Alegre, sendo constituído novo acampamento.

Alguns dos assentamentos pertencentes ao município de Verdelândia estão localizados no território quilombola Brejo dos Crioulos, território pertencente aos municípios de Verdelândia, Varzelândia e São João da Ponte, reconhecido como quilombola pela Fundação Cultural Palmares – FCP.

Com base nos dados apresentados por Monção (2009) foi construída a seguinte tabela sobre a criação dos assentamentos/acampamentos rurais do município de Verdelândia – MG.

QUADRO 2 - ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DE VERDELÂNDIA⁶

Ano de Criação	Assentamento	Acampamento
1983	União	-
	Caitité	-
1989	Boa Esperança	-
1998	Arapuá	-
	Arapuim	-
	Verde Minas	-
1999	Betânia	Santa Clara
	Serrana	-
2000	-	Verde Água
	-	Vitória
2002	Bom Jardim	-
	Lagoinha	-
	Volta da Serra	-
2003	Bom Sucesso	-
2004	Modelo	-
	Nova Esperança	-
2007	-	Vista Alegre

Fonte: Elaborado Pelos autores baseado em Monção (2009).

De acordo com Martins (2004, p. 102) “assentamento é a forma da redistribuição de terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer reforma agrária”, sendo a reforma agrária “todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade”.

Toda a discussão acerca do processo de construção da comunidade de Cachoeirinha e do município de Verdelândia fundamenta-se no fato de que, como

⁶ SILVA, Greiciele Soares da. A luta por terra e reforma agrária no município de Verdelândia no Norte de Minas Gerais. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), 2015. Adaptação feita a partir de informações apresentadas por Monção (2009).

argumenta Monção (2009, p. 70) “o momento presente estabelece relações diretas com o passado e esse o influencia”. Segundo a autora, a organização das comunidades ocorre por meio das históricas mudanças sociais, sendo que tanto os padrões de vida quanto as crenças e os comportamentos influenciados por estas transformações, uma vez que as sociedades não são estáticas.

Monção (2009, p. 72) apresenta que segundo a *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER*, Escritório Regional Verdelândia, o município de Verdelândia tem o total de 18 acampamentos/assentamentos rurais, é o primeiro município no estado de Minas Gerais, com maior número de assentamentos/acampamentos rurais, ainda assim, no município existem “grandes fazendas utilizam avançadas tecnologias para o sistema de irrigação e de produção de gado para corte e de confinamento”. (MONÇÃO, 2009, p. 71)

Segundo Martins (1981, p. 13), o problema da questão agrária não é apenas econômico ou teórico como é argumentado por muitos intelectuais, o problema é político, “da luta e do confronto entre classes sociais, entre exploradores e explorados”, sendo importante analisar se “a ação política e o sentido político das lutas sociais encontram sua importância histórica nas coisas *como são* ou nas coisas *como deveriam ser*”.

A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA AGRÁRIA: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA DOS NATIVOS DO ARAPUIM

É no ano de 2004 que a luta dos nativos do Arapuim, tendo como momento importante a ocupação da fazenda, denominada pelos mesmos como “fazenda de Paulo Macedo”. A ocupação da fazenda é realizada por aproximadamente 35 famílias. Ao longo da ocupação, segundo os entrevistados, chegaram outras pessoas que não eram da região, outras famílias, relatando estar negociando a fazenda com o INCRA, solicitando então a retirada dos nativos do Arapuim do local.

Após contanto com INCRA, os nativos do Arapuim, são informados pelo próprio superintendente do INCRA, naquele período, de que a fazenda já estava sendo negociada para criação de assentamento rural para outro grupo, grupo este apoiado pela Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, sendo então necessário que os

acampados abandonassem a fazenda. O superintendente, no entanto, aconselha os nativos a iniciar processo para compra de outra área para os nativos do Arapuim, solicitando aos mesmos a identificação de uma fazenda para negociação.

Após procurar o INCRA e receber a notícia da impossibilidade da compra da fazenda para os nativos do Arapuim, os mesmos tiveram de deixar a área acampada, uma vez que pertencia a associação de outro grupo social, denominada de comunidade Modelo.

A regularização fundiária, assim como a criação de assentamento rural, da fazenda reivindicada pela comunidade Modelo é realizada no ano de 2004, “esse ai já é um assentamento, já tem casa, tem tudo, tem luz, o pessoal já tem seu lote cercado, demarcado, todo mundo já mora na sua localidade, já está certo”⁷.

Embora sendo uma conquista, e não mais se configurando uma reivindicação por regularização fundiária, os assentamentos rurais de reforma agrária ainda enfrentam lutas constantes, segundo Monção (2009, p. 79) a situação da comunidade é de reivindicação de infraestrutura. Várias famílias ainda necessitam de atenção do governo, investimentos além de políticas sociais como o programa Bolsa Família. Investimentos que, por exemplo, possibilite a ampliação da agricultura familiar.

De todo modo, a luta por terra ainda continua para os nativos do Arapuim, que seguindo as orientações do INCRA, buscam nova fazenda para criação de assentamento rural. Nesse processo de identificação de uma nova área, os nativos relatam a chegada da informação da venda da fazenda Morro Preto pelo proprietário Juarez Diniz.

A busca pela fazenda Morro Preto ocorre após a saída dos nativos do Arapuim da “fazenda de Paulo Macedo” anteriormente ocupada e reivindicada por outro grupo social, e que atualmente é o assentamento Modelo. Nesse momento, inicia-se um processo de apropriação diferenciado, onde se percebe que não se busca unicamente uma terra, mas permanecer no mesmo local ocupado pelos antepassados, ou seja, um território específico.

Segundo os nativos do Arapuim, após identificação da fazenda, os mesmos procuraram o fazendeiro para negociar a compra da fazenda, onde a ideia inicial era buscar um empréstimo para arrecadar o valor necessário e efetuar a compra da fazenda,

⁷(Sr. Reginaldo Batista dos Santos. Nativo do Arapuim. Entrevista realizada 28/02/17).

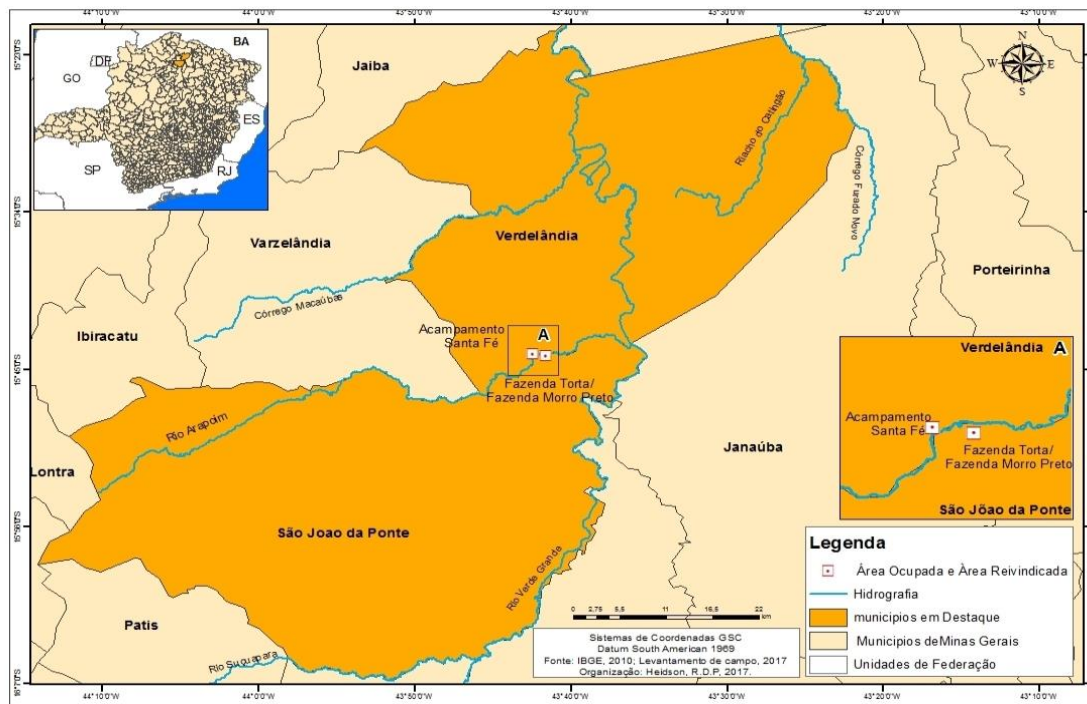
podendo então criar o assentamento. No entanto, após procurar o banco, os nativos relatam que o valor não seria suficiente para pagamento da fazenda Morro Preto, o que fez com que pensassem em procurar novamente o INCRA.

Dessa forma, a fazenda Morro Preto foi ocupada no ano de 2007, mesmo ano em que os nativos procuraram o INCRA para apresentar a fazenda identificada. Após procurar o INCRA, novamente os nativos do Arapuim se deparam com uma possível mudança de estratégia. Segundo os mesmos, a fazenda não podia ser comprada para fins de reforma agrária, pois se tratava de uma área reconhecida pela FCP como pertencente à remanescentes de quilombo, podendo ser acessada unicamente por remanescentes quilombolas. É nesse momento que a luta dos nativos do Arapuim ganha um novo rumo e encontra um novo caminho.

É com a busca pela fazenda Morro Preto, que os nativos do Arapuim encontram nova possibilidade de acesso à terra, não mais por constituição de assentamento de reforma agrária, mas como grupo diferenciado que pode acessar a terra pelo seu autorreconhecimento e processo histórico social vivido. O caminho então desconhecido pelos nativos se torna, então, uma nova possibilidade de luta e conquista do território.

Com a mudança de caminho na luta pelo território, os nativos do Arapuim criam a Associação Quilombola das Comunidades Nativas do Arapuim – AQCNARA no dia 11 de novembro de 2007, sendo uma “associação sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado” sendo a sua sede no município de Verdelândia – MG e foro no município de Janaúba – MG. A Associação Quilombola é composta pelas comunidades Boa Vista, Limeira, Boa Sorte e Vista Alegre (também chamada de Nativos).

Localização – Área ocupada e área reivindicada pelos Nativos do Arapuím



Fonte: SILVA, Greiciele Soares da. 2017.

A luta dos quilombolas nativos do Arapuím é algo em curso, sendo um processo importante para se debater categorias importantes como, terra, território, identidade, quilombola, conflito, entre outros termos importantes para se entender a complexidade e diversidade agrária do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito da década de 1960 na Antiga Cachoeirinha evidencia um cenário de luta agrária, acontecimento recorrente no Brasil, onde a terra ainda é vista como mercadoria. No entanto, o processo de reconfiguração agrária, assim como da reemergência da luta por terra e território desta comunidade, atualmente conhecida como município de Verdelândia, evidencia não apenas um processo de luta ocorrido anteriormente, mas nos fornece a base se compreender a organização e reorganização dos processos de luta e de resistência local.

Essa reemergência da luta e reconfiguração espacial, busca a minimização dos diversos danos causados pela forte concentração de terras, pela injustiça social, pela invisibilização e pela criminalização das práticas diferenciadas de povos com modos tradicionais de vida e apropriação dos recursos naturais. A luta dos nativos do Arapuim, ainda em curso, se apresenta como exemplar de análise, que nos possibilita compreender uma realidade de luta, embora diferenciada, mas não isolada, uma vez que as lutas dos povos e comunidades tradicionais crescem cada vez mais no país, tendo como objetivo não apenas a conquista do território, mas a conquista de direitos que a muito tempo lhes foram negados, e do próprio reconhecimento desses agentes sociais como cidadãos possuidores de direito.

REFERÊNCIAS

ASCELRAD, Henri. **As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais**. In: Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dará, 2004. Pg 13-34.

ANAYA, FelisaCançado. De gentes, plantas e bichos: Diversidade e conservação nas Matas Secas do norte de Minas. FelisaCançadoAnaya; Mário Marcos do Espírito Santo (orgs.). Montes Claros/MG: UNIMONTES, 2014.

BARBOSA, Rômulo Soares. *et al.* **Conflitos Ambientais no Norte de Minas Gerais/Brasil: uma Agenda de Pesquisa**. In: Povos e comunidades Tradicionais no Brasil. Montes Claros: Unimontes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço Social e Poder Simbólico**. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Os Usos da Ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. (Publicado oficialmente em 1997). Tradução: Denice Barbara Catani – São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

COSTA, João Batista de Almeida. **Processos de Territorializações e o Deslizamento de conteúdos na Etnicidade Quilombola em Agreste**. In: Argumentos – Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes/Universidade Estadual de Montes Claros, Departamento de Ciências Sociais. v. 7, n. 1. ISSN 1806-5627. Montes Claros/MG: Ed. Unimontes, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>> Acesso em 05 de Dezembro de 2013.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade**. In: Série Antropologia. Brasília/DF. 2002

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: O impossível Diálogo**. 1ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servelo de.; LEITE, Sérgio Pereira. **Perspectiva para a análise das relações entre assentamentos rurais e região**. In: Mundo Rural e Política: Ensaios Interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. pp. 152-242. ISBN: 85-352-0384-2.

MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. **As Sementes da Luta: O Conflito agrário de Cachoeirinha - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado PPGDS - Unimontes, 2009.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. In: Estudos Avançados. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532/1008>> Acesso em 05 de Dez. de 2013.

SANTOS, Sônia Nicolau. **À procura da terra perdida: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha**. 1985. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

SILVA, Greiciele Soares da. **A luta por terra e reforma agrária no município de Verdelândia no Norte de Minas Gerais**. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, 2015.

SILVA, Greiciele Soares da. **Terra e território: A territorialização da luta agrária dos Nativos do Arapuim no Norte de Minas Gerais**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território – PPGSAT/ Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, 2015.